

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/12/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	16
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	18
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	19
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	20
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/12/2018 à 31/12/2018	22
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	24
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	25
----------------------------------	----

Relatório da Administração	26
----------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	62
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	64
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	65
---	----

### Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	66
--	----

## Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	69
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	70
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	73

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	9.000.000
Preferenciais	18.000.000
<b>Total</b>	<b>27.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	34.119	55.437	67.637
1.01	Ativo Circulante	467	9.600	2.904
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	0	164	9
1.01.01.01	Caixa e Bancos	0	1	9
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	0	163	0
1.01.03	Contas a Receber	119	8.033	1.336
1.01.03.01	Clientes	119	8.033	1.336
1.01.04	Estoques	66	1.142	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	282	261	1.559
1.01.08.03	Outros	282	261	1.559
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	282	261	116
1.01.08.03.02	Depósitos Judiciais	0	0	1.443
1.02	Ativo Não Circulante	33.652	45.837	64.733
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.868	21.536	20.486
1.02.01.04	Contas a Receber	0	1.380	1.380
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	0	1.380	1.380
1.02.01.05	Estoques	8.065	8.065	8.065
1.02.01.05.01	Estoques de Imóveis	8.065	8.065	8.065
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	11.072	11.041
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	558	558
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	0	10.514	10.483
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.803	1.019	0
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.029	1.019	0
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não Circulantes	774	0	0
1.02.02	Investimentos	11.806	11.966	31.612
1.02.02.01	Participações Societárias	11.806	11.966	31.612
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.804	11.964	31.610
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	11.978	12.335	12.635

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.978	12.335	12.635

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	34.119	55.437	67.637
2.01	Passivo Circulante	32.359	29.870	12.524
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.301	993	1.072
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.301	993	1.072
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	3.301	993	1.072
2.01.02	Fornecedores	7.101	8.486	939
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.101	8.486	939
2.01.03	Obrigações Fiscais	11.678	5.502	2.763
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.678	5.502	2.763
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	2.679	2.101	1.579
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	8.999	3.401	1.184
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	1.000
2.01.05	Outras Obrigações	8.707	12.963	5.745
2.01.05.02	Outros	8.707	12.963	5.745
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	36	36
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	6
2.01.05.02.04	Salários	6.271	2.728	910
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	2.394	10.193	4.793
2.01.06	Provisões	1.572	1.926	1.005
2.01.06.02	Outras Provisões	1.572	1.926	1.005
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	1.572	1.926	1.005
2.02	Passivo Não Circulante	213.541	103.906	49.246
2.02.02	Outras Obrigações	60.729	49.023	48.246
2.02.02.02	Outros	60.729	49.023	48.246
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias - Refis Lei 9964/2000	51.304	43.344	43.411
2.02.02.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação	4.795	4.815	4.835
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	0	156	0
2.02.02.02.06	Encargos Sociais	708	708	0

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.02.02.02.07	Outras Contas a Pagar	3.922	0	0
2.02.04	Provisões	152.812	54.883	1.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.308	1.000	1.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	445	116	20
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.284	516	890
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	579	368	90
2.02.04.02	Outras Provisões	150.504	53.883	0
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto de Controladas	150.504	53.883	0
2.03	Patrimônio Líquido	-211.781	-78.339	5.867
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.307	9.346	9.385
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.307	9.346	9.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-249.135	-115.732	-31.565

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	20.604	14.725	4.136
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	24.506	16.510	4.541
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-3.902	-1.785	-405
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.960	-16.694	-10.246
3.03	Resultado Bruto	-3.356	-1.969	-6.110
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-115.469	-81.401	-34.447
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.747	-7.353	-8.415
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	7.262
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-10.968	-518	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-96.754	-73.530	-33.294
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-118.825	-83.370	-40.557
3.06	Resultado Financeiro	-3.565	-2.506	-2.042
3.06.01	Receitas Financeiras	0	1	5
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.565	-2.507	-2.047
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-122.390	-85.876	-42.599
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.072	1.650	2.836
3.08.02	Diferido	-11.072	1.650	2.836
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-133.462	-84.226	-39.763
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-133.462	-84.226	-39.763
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-4,94000	-3,12000	-1,47000
3.99.01.02	PN	-4,94000	-3,12000	-1,47000



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-133.462	-84.226	-39.763
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59	59	1.491
4.03	Resultado Abrangente do Período	-133.403	-84.167	-38.272

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-164	1.208	10.075
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-15.053	-10.033	-7.803
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-122.390	-85.876	-42.599
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	357	353	341
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	96.754	73.530	33.294
6.01.01.04	Provisão para Obrigações Legais	1.308	0	0
6.01.01.05	Provisão REFIS	8.219	0	0
6.01.01.06	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	1.291	1.408	1.508
6.01.01.07	Diferimento de Impostos	-592	552	-347
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	14.889	11.241	17.878
6.01.02.01	Clientes	7.914	-6.697	13.133
6.01.02.02	Estoques	1.076	-1.142	453
6.01.02.03	Estoques de Imóveis	0	0	1.496
6.01.02.04	Impostos e Recuperar e Outros Créditos	-852	-77	-56
6.01.02.05	Depósito Judicial	-10	424	-119
6.01.02.06	Despesas Exercício Seguinte	57	-69	4
6.01.02.07	Transferência Créditos Prejuízos Fiscais IRPJ e CSLL liquidação parcelamento PERT	0	1.619	0
6.01.02.08	Baixa de Precatórios a Receber	1.380	0	0
6.01.02.10	Fornecedores	-1.385	7.547	-178
6.01.02.11	Salários, Provisão Férias e Encargos Sociais	5.497	3.368	-396
6.01.02.12	Obrigações Tributárias - Refis e Outros Impostos	5.089	868	-1.087
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-3.877	5.400	4.628
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-53	-9.706
6.02.01	Aquisições de Ativo Investimentos, Imobilizado e Intangível	0	-53	-9.706
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-1.000	-1.601
6.03.01	Juros Sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	0	0	-1.601
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	0	-1.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-164	155	-1.232
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	164	9	1.241

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	164	9

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2018 à 31/12/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-133.462	0	-133.462
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-133.462	0	-133.462
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	59	0	20
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20
5.07	Saldos Finais	28.047	9.307	0	-249.135	0	-211.781

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.226	0	-84.226
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.226	0	-84.226
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	59	0	20
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20
5.07	Saldos Finais	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.763	0	-39.763
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.763	0	-39.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-984	-6.707	8.198	0	507
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.491	0	1.491	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	507	0	0	0	507
5.06.04	Transferência para Prejuízos Acumulados	0	0	-6.707	6.707	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.01	Receitas	24.506	16.510	11.885
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	24.506	16.510	4.541
7.01.02	Outras Receitas	0	0	7.344
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.621	-15.850	-9.135
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.817	-14.324	-8.224
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.804	-1.526	-911
7.03	Valor Adicionado Bruto	-8.115	660	2.750
7.04	Retenções	-357	-353	-341
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-357	-353	-341
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-8.472	307	2.409
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-96.754	-73.529	-33.289
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-96.754	-73.530	-33.294
7.06.02	Receitas Financeiras	0	1	5
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-105.226	-73.222	-30.880
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-105.226	-73.222	-30.880
7.08.01	Pessoal	9.227	7.997	8.770
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.444	500	-1.934
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.565	2.507	2.047
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-133.462	-84.226	-39.763
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-133.462	-84.226	-39.763

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	59.021	133.417	159.365
1.01	Ativo Circulante	22.739	58.551	91.718
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	93	356	3.187
1.01.01.01	Caixa e Bancos	93	137	157
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	0	219	3.030
1.01.03	Contas a Receber	12.115	36.897	51.319
1.01.03.01	Clientes	1.447	23.634	37.830
1.01.03.01.01	Duplicatas a Receber	157	8.073	10.405
1.01.03.01.02	Serviços Executados a Receber	1.290	15.561	27.425
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.668	13.263	13.489
1.01.03.02.01	Devedores Venda de Imóveis e Outros Imóveis	9.532	13.263	8.149
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores	1.136	0	5.340
1.01.04	Estoques	10.391	15.583	17.158
1.01.04.01	Material de Construção e Revenda	1.925	3.467	3.847
1.01.04.02	Estoque de Imóveis	8.466	12.116	13.311
1.01.07	Despesas Antecipadas	140	2.239	16.187
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	3.476	3.867
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	3.476	3.867
1.02	Ativo Não Circulante	36.282	74.866	67.647
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.931	51.594	40.036
1.02.01.04	Contas a Receber	5.866	6.753	1.380
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	5.866	6.753	1.380
1.02.01.05	Estoques	8.065	8.065	8.065
1.02.01.05.01	Estoques de Imóveis	8.065	8.065	8.065
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	36.776	30.591
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	4.178	2.770
1.02.01.07.02	Créditos Fiscais - Prejuízo Fiscal	0	32.598	27.821
1.02.02	Investimentos	12	12	12
1.02.02.01	Participações Societárias	12	12	12



**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	10	10	10
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	2	2	2
1.02.03	Imobilizado	22.086	22.766	26.804
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.086	22.766	26.804
1.02.04	Intangível	253	494	795

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	59.021	133.417	159.365
2.01	Passivo Circulante	176.855	97.334	83.192
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	19.680	10.399	6.595
2.01.01.01	Obrigações Sociais	19.680	10.399	6.595
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	19.680	10.399	6.595
2.01.02	Fornecedores	29.603	30.337	17.679
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.603	30.337	17.679
2.01.03	Obrigações Fiscais	60.492	12.719	22.132
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	60.492	12.719	22.132
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000	2.679	2.101	1.579
2.01.03.01.03	Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017	35.079	1.707	0
2.01.03.01.04	Obrigações Tributárias - Parcelamento (pis-cofins-inss desoneração)	0	0	2.764
2.01.03.01.05	Obrigações Tributárias - Outros	22.734	8.911	17.789
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.985	11.262	20.758
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.985	11.262	20.758
2.01.05	Outras Obrigações	56.181	23.807	8.412
2.01.05.02	Outros	56.181	23.807	8.412
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36	36	36
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	6	6	6
2.01.05.02.04	Salários	29.118	15.448	7.598
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	27.021	8.317	772
2.01.06	Provisões	3.914	8.810	7.616
2.01.06.02	Outras Provisões	3.914	8.810	7.616
2.01.06.02.04	Provisões para Férias e Encargos	3.914	8.810	7.616
2.02	Passivo Não Circulante	93.949	114.447	70.293
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	21.827	23.886	11.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	21.827	23.886	11.954
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	21.827	23.886	11.954
2.02.02	Outras Obrigações	58.120	82.871	53.939

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2016</b>
2.02.02.02	Outros	58.120	82.871	53.939
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias - Parcelamento Refis - Lei 9964/2000	51.304	43.344	43.411
2.02.02.02.04	Obrigações Tributárias - Parcelamento PERT - Lei 13496/2017	0	31.545	0
2.02.02.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social - Reserva de Reavaliação	4.795	4.815	4.835
2.02.02.02.06	Obrigações Tributárias - Outros Impostos	0	658	5.693
2.02.02.02.07	Encargos Sociais	2.021	2.012	0
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	0	497	0
2.02.04	Provisões	14.002	7.690	4.400
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.002	7.690	4.400
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.878	181	96
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	10.144	5.594	3.339
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.980	1.915	965
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-211.783	-78.364	5.880
2.03.01	Capital Social Realizado	28.047	28.047	28.047
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.307	9.346	9.385
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.307	9.346	9.385
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-249.135	-115.732	-31.565
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-2	-25	13

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	49.047	63.770	122.302
3.01.01	Receita Bruta de Venda de Bens e/ou Serviços	64.562	73.348	139.362
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-15.515	-9.578	-17.060
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.211	-118.627	-159.326
3.03	Resultado Bruto	-42.164	-54.857	-37.024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-41.560	-20.106	-10.011
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.275	-14.501	-16.050
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-27.285	-5.605	6.039
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-83.724	-74.963	-47.035
3.06	Resultado Financeiro	-12.817	-17.089	-13.783
3.06.01	Receitas Financeiras	0	134	1.028
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.817	-17.223	-14.811
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-96.541	-92.052	-60.818
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-36.928	7.788	21.039
3.08.01	Corrente	-152	-16	-164
3.08.02	Diferido	-36.776	7.804	21.203
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-133.469	-84.264	-39.779
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-133.469	-84.264	-39.779
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-133.462	-84.226	-39.763
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-7	-38	-16
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-133.469	-84.264	-39.779
4.02	Outros Resultados Abrangentes	59	59	1.491
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-133.410	-84.205	-38.288
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-133.403	-84.167	-38.272
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-7	-38	-16

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	6.196	-5.028	-20.674
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-75.224	-81.522	-54.290
6.01.01.01	Prejuízo antes Imposto de Renda e Contribuição Social	-96.541	-92.052	-60.818
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.446	4.109	4.403
6.01.01.03	Efeito Líquido da Baixa do Imobilizado	1.074	859	476
6.01.01.04	Créditos Fiscais - Prejuízos Fiscais	0	0	-168
6.01.01.05	Provisão para Obrigações Legais	6.312	3.290	800
6.01.01.06	Provisão REFIS	8.219	0	0
6.01.01.07	Juros a Pagar a Longo Prazo - parcelamento	3.481	1.094	2.364
6.01.01.08	Diferimento de Impostos	-1.215	1.178	-1.347
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	81.420	76.494	33.616
6.01.02.01	Clientes	22.187	14.196	41.421
6.01.02.02	Estoques	1.542	380	929
6.01.02.03	Estoques de Imóveis	3.650	-103	-7.664
6.01.02.04	Impostos a Recuperar e Outros Créditos	5.464	9.229	-15.283
6.01.02.05	Transferência Créditos Prejuízos Fiscais IRPJ e CSLL Liquidação Parcelamento PERT	0	1.619	0
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-1.136	0	66
6.01.02.07	Baixa de Precatórios a Receber	1.380	0	0
6.01.02.08	Depósito Judicial	-127	855	-468
6.01.02.12	Fornecedores	-734	12.658	130
6.01.02.13	Salários, Provisão de Férias e Encargos Sociais	18.064	14.860	4.605
6.01.02.14	Obrigações Tributárias - Refis e Outros Impostos	12.923	14.758	9.877
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar	18.207	8.042	3
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-123	-239	-1.733
6.02.01	Aquisições de Ativos Imobilizado e Intangível	-123	-239	-1.733
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-6.336	2.436	15.741
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio Pagos e Dividendos Pagos	0	0	-1.601
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos	-6.336	2.436	17.342
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-263	-2.831	-6.666

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	356	3.187	9.853
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	93	356	3.187

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/12/2018 à 31/12/2018****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339	-25	-78.364
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339	-25	-78.364
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-133.462	0	-133.462	23	-133.439
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-133.462	0	-133.462	23	-133.439
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	59	0	20	0	20
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20	0	20
5.07	Saldos Finais	28.047	9.307	0	-249.135	0	-211.781	-2	-211.783



**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.226	0	-84.226	-38	-84.264
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.226	0	-84.226	-38	-84.264
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-39	0	59	0	20	0	20
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-59	0	59	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	20	0	0	0	20	0	20
5.07	Saldos Finais	28.047	9.346	0	-115.732	0	-78.339	-25	-78.364

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	28.047	10.369	6.707	0	0	45.123	29	45.152
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.763	0	-39.763	-16	-39.779
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.763	0	-39.763	-16	-39.779
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-984	-6.707	8.198	0	507	0	507
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-1.491	0	1.491	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	507	0	0	0	507	0	507
5.06.04	Transferência para Prejuízos Acumulados	0	0	-6.707	6.707	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	28.047	9.385	0	-31.565	0	5.867	13	5.880

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/12/2018 à 31/12/2018</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>
7.01	Receitas	64.562	73.348	146.706
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	64.562	73.348	139.362
7.01.02	Outras Receitas	0	0	7.344
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-74.858	-72.306	-89.618
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-44.870	-64.371	-85.970
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-29.988	-7.935	-3.648
7.03	Valor Adicionado Bruto	-10.296	1.042	57.088
7.04	Retenções	-3.446	-4.109	-4.403
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.446	-4.109	-4.403
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-13.742	-3.067	52.685
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	0	134	1.028
7.06.02	Receitas Financeiras	0	134	1.028
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-13.742	-2.933	53.713
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-13.742	-2.933	53.713
7.08.01	Pessoal	51.608	58.907	77.255
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.302	5.201	1.426
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.817	17.226	14.811
7.08.03.03	Outras	12.817	17.226	14.811
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-133.469	-84.267	-39.779
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-133.462	-84.229	-39.763
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-7	-38	-16

## Relatório da Administração

### AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a Administração submete aos Acionistas as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, assim como o Relatório dos Auditores Independentes.

#### 1. Áreas de Negócios da Companhia

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), as suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT-INFRA) e as suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atividades nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, dentro de um cenário de retomada de crescimento da economia do País, tenderão a demandar serviços em maior escala que necessitarão de companhias com o acervo técnico, a expertise e a credibilidade das empresas do Grupo Azevedo & Travassos. A abrangência das Áreas de Negócios pode ser assim resumida:

##### a) Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura

A ATSA e suas coligadas participam de forma seletiva em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. Diante da crise orçamentária de alguns Estados e Municípios, o objetivo será trabalhar para aqueles que apresentem *superávit* orçamentário e que terão planos de investimentos para os próximos anos.

Vale destacar que o governo federal anunciou, no início de maio/2019, a inclusão de 59 novos projetos no portfólio do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). O programa conta agora com 105 projetos na carteira, sendo que 46 estão em andamento. De acordo com a secretaria do PPI, os novos projetos deverão atrair R\$ 1,6 trilhão de investimentos durante todo o prazo das concessões

As empresas concessionárias de serviços públicos devem demandar serviços para o segmento de Construção Pesada. Os principais setores que receberão estes investimentos serão os de mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento, geração de energia e linhas de transmissão de energia.

Para Projetos de infraestrutura investimentos estão estimados em R\$ 130 bilhões.

Estes dados mostram o enorme potencial de obras dentro do segmento em que atua a ATSA e suas coligadas.

No segmento de Construção Civil Industrial espera-se a retomada de investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção.

A Diretoria da Companhia está empenhada em conquistar novos Clientes e, assim, se ter mais opções à sua Carteira de Obras.

##### b) Montagem Eletromecânica

a Petrobras planeja investir US\$ 85 bilhões pelos próximos 5 anos, com foco em exploração e na produção de petróleo.

A Petrobras, com o seu programa de desinvestimento, abrirá oportunidade de entrada de novos players que tendem a realizar ampliações nos seus novos ativos.

## Relatório da Administração

No programa “Novo Mercado de Gás”, anunciado pelo governo federal em 24/06/19, estão estimados investimentos da ordem de R\$ 33 bilhões em infraestrutura de gás natural, incluindo obras de gasodutos, terminais de gás natural liquefeito (GNL) e unidades de processamento de gás. (Valor Econômico – edição de 26/06/19).

A Azevedo & Travassos participa intensamente deste setor de Óleo e Gás (gasodutos, oleodutos e montagem eletromecânica) e dutos em geral como etanoldutos e minerodutos. Seus principais clientes são:

PETROBRAS, Concessionárias de Gás, Indústrias Química, Farmacêutica e Petroquímica, Mineradoras e Transportadoras de Combustíveis.

Especificamente no mercado de Concessionárias de Gás, deverá buscar a continuidade de sua atuação junto aos clientes tradicionais, como: BAHIAGÁS, BR DISTRIBUIDORA, CEG/GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo).

### c) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

#### c.1) Perfuração Direcional Horizontal

A Azevedo & Travassos executa serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros, com boas expectativas de novas contratações. Esta Área de Negócios está abrindo novas frentes e criando novas oportunidades, inclusive no segmento marítimo (“off shore”).

#### c.2) Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção com sondas terrestres em poços de petróleo estão suspensos desde 2012 pela baixa rentabilidade, mas que podem ser retomados com as novas licitações de áreas de exploração e produção de petróleo em terra e a mudança de estratégia da Petrobras em repassar à iniciativa privada campos marginais.

### d) Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás

Aproveitando a experiência em perfuração e produção de petróleo, a partir de 2016, vem atuando em manutenção de instalações existentes de processamento, armazenamento e transporte de óleo e gás, uma das prioridades de investimento da PETROBRAS.

### e) Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA possui cerca de 125 mil m<sup>2</sup> em terrenos (incluindo o lote de 55 mil m<sup>2</sup>, onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba.

A Azevedo & Travassos tem *know how* no desenvolvimento de projetos imobiliários, principalmente para atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Com a melhora das expectativas da economia, podem surgir oportunidades neste setor.

## 2. Cenário atual

O Brasil está passando pela pior recessão da sua história e conseqüentemente com forte impacto negativo nas empresas aqui instaladas. Os mercados de Construção Pesada e Civil, Infraestrutura, Montagem Eletromecânica e Imobiliário, em que atua a Azevedo & Travassos (Azevedo & Travassos S.A e a suas controladas Azevedo e Travassos Engenharia Ltda. e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.) foram dos mais afetados pela recessão a partir do segundo semestre/16. Desde essa data, a Azevedo & Travassos está atravessando um período caracterizado pela substancial diminuição da Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas foram se

## Relatório da Administração

encerrando ou sendo cancelados e a reposição normal desta Carteira não foi acontecendo na velocidade e no volume que caracterizam a dinâmica do segmento.

Como decorrência, o faturamento médio anual consolidado da Azevedo & Travassos foi reduzido de R\$ 330,0 milhões para cerca de R\$ 139,4 milhões em 2016, de R\$ 73,3 milhões em 2017 e de R\$ 64,5 milhões em 2018, provocando uma situação de muitas dificuldades no seu fluxo de caixa e por consequência com fortes reflexos na sua descapitalização que se acentuou nos últimos 2 anos.

Para atender às necessidades de capital de giro e se posicionar de maneira estratégica para as oportunidades que virão com a retomada dos investimentos em infraestrutura nos próximos anos e a necessidade de normas de *compliance*, a Companhia continua em busca de meios para se capitalizar através dos diversos instrumentos de mercado, parcerias estratégicas e participando em concorrências com parceiros que reforcem sua competitividade na oferta de preços, otimização de recursos e diluição de riscos, garantindo sua continuidade neste segmento em que é reconhecida pelo seu acervo técnico, performance e diligência no cumprimento de seus contratos.

### 3. Desempenho Econômico e Financeiro - 2018

#### 3.1. Receita

##### a) Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)

O faturamento da ATSA refere-se a cobrança de serviços prestados para a controlada Azevedo & Travassos Engenharia (ATE) e a obras oriundas de órgãos públicos.

Em 2018, a Receita Bruta da Companhia alcançou o valor de R\$ 24.506 mil (R\$ 16.510 mil em 31/12/17), com a prestação de serviços para a ATE e execução das obras para o METRÔ – SP. O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos:

Receita Bruta ATSA – R\$ mil			
Em 31 de dezembro			
2015	2016	2017	2018
29.298	4.541	16.510	24.506

##### b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

A Receita Bruta, em 2018, foi de R\$ 37.258 mil, contra R\$ 58.389 mil em 2017.

O baixo índice da atividade econômica devido à recessão que se instalou no País, provocou a queda na demanda de contratação de obras, sendo este o principal motivo da acentuada redução desta receita.

O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta nos 4 últimos anos.

Receita Bruta ATE – R\$ mil			
Em 31 de dezembro			
2015	2016	2017	2018
312.021	138.009	58.389	37.258

Em 31/12/18, a ATE não dispunha de valores em aplicações financeiras (R\$ 56 mil em 31/12/17).

Não ocorreu Receita Financeira, no exercício de 2018, enquanto que em 2017 foi de R\$133 mil.

## Relatório da Administração

### c) Consolidado

Em 2018, a Receita Bruta atingiu R\$ 64.562 mil, contra R\$ 73.348 mil, ocorrida no ano anterior.

## 3.2. Resultados

### a) Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)

O resultado, no período de janeiro a dezembro /18, correspondeu a um prejuízo de R\$ 133.462 mil, ante um resultado também negativo de R\$ 84.226 mil ocorrido em 2017. Este resultado desfavorável deve-se principalmente a:

- Equivalência Patrimonial

Expressiva influência desfavorável da Equivalência Patrimonial da controlada ATE no valor de R\$ 96.594 mil (valor também negativo de R\$ R\$ 73.590 mil em 2017).

- Baixa demanda

A baixa demanda por obras contratadas diretamente pela Companhia com órgãos públicos.

- Despesas Financeiras

As despesas financeiras no período alcançaram R\$ 3.565 mil (R\$ 2.507 mil em 31/12/17).

- Créditos Fiscais / Prejuízos Fiscais

Em função da perspectiva de prejuízo pelo terceiro ano consecutivo foi baixado do Ativo Não Circulante o valor de R\$ 11.072 mil

- Contingências

Conforme Relatório dos advogados da Companhia foi aumentada a provisão para contingências em R\$ 1.308 mil.

Face ao atraso de pagamentos de parcelas do REFIS – I e com a possibilidade de a Companhia eventualmente ser excluída deste Programa, foi contingenciado o valor de R\$ 8.219 mil valor este que representa o efeito desta situação atendendo recomendação da Auditoria Independente.

### b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

As principais rubricas da controlada ATE, ao final do exercício de 2018, estão assim demonstradas:

BALANÇO PATRIMONIAL - R\$ mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - R\$ mil		
	<u>2018</u>	<u>2017</u>		<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Ativo</u>	<u>28.123</u>	<u>85.509</u>	<u>Receita Bruta</u>	<u>37.258</u>	<u>58.389</u>
Circulante	13.622	44.485	Receita Líquida Serviços	25.860	50.604
Realizável L. Prazo	4.063	30.058	Prejuízo Bruto	(39.037)	(52.963)
Permanente	10.398	10.966	Prejuízo Antes IR e CSLL	(70.892)	(79.7821)
<u>Passivo</u>	<u>28.123</u>	<u>85.509</u>			
Circulante	143.793	73.993			
Exigível a L. Prazo	34.834	64.424			
Patrimônio Líquido	(150.504)	(53.908)	Prejuízo Líquido do Exercício	(96.596)	(73.6287)

No período de janeiro a dezembro/18, a ATE apresentou um prejuízo de R\$ 96.596 mil, ante um resultado também negativo de R\$ 73.6287 mil ocorrido em 2017. Este resultado desfavorável deve-se principalmente a:

## Relatório da Administração

### - Forte retração da demanda

Este prejuízo continua a refletir a forte retração da demanda de serviços de construção pesada provocando assim uma acentuada queda da Receita Bruta da ATE.

### - Obra Metrô – SP

Tendo em vista o cancelamento do contrato por parte do Metrô, foi necessário baixar o valor de R\$ 5.872 mil que estava contabilizado na conta Clientes no Ativo Circulante. A ATE já entrou com uma ação de cobranças deste valor além de outros serviços executados e não pagos.

### - Despesas Financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 9.175 mil em 31/12/18, contra R\$ 14.713 mil em 31/12/17.

### - Créditos Fiscais / Prejuízos Fiscais

Em função da perspectiva de prejuízo pelo terceiro ano consecutivo foi baixado do Ativo Não Circulante o valor de R\$ 25.788 mil

### - Contingências

Conforme Relatório dos advogados da Companhia foi elevada a provisão para contingências em R\$ 5.004 mil.

### - Multas Acordos Trabalhistas

Face a indisponibilidade de recursos no fluxo de caixa, a empresa ficou sem condições de cumprir os compromissos com diversos acordos trabalhistas o que provocou a rescisão destes acordos e o provisionamento de R\$ 6.361 mil referentes a multas previstas nos mesmos.

### c) **Consolidado**

Como consequência do ocorrido descrito nos itens anteriores, o resultado líquido do Consolidado em 31/12/18 mostrou um prejuízo no valor de R\$ 133.462 mil, sendo que em 2017 obteve-se um resultado também negativo de R\$ 84.226 mil.

## 3.3. Endividamento

### a) **Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)**

Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R\$ 53.983 mil em 31/12/18 (incluindo a contingência de R\$ 8.219 mil – Vide item 3.2.a acima) e no montante de R\$ 45.445 mil em 31/12/17 são os passivos mais relevantes da Companhia.

Em 31/12/18, a ATSA não tinha nenhum endividamento bancário.

### b) **Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)**

O endividamento bancário, em 31/12/18, incluindo operações de capital de giro e de financiamentos de equipamentos (Leasing, CDC e FINAME) alcançou o montante de R\$ 28.812 mil contra R\$ 35.1489 mil em 31/12/17.

Com a não efetivação da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, na modalidade de pagamento da dívida consolidada (R\$ 33.212 mil em até 120 prestações mensais), esta dívida teve que ser lançada no Passivo Circulante. O valor atualizado da mesma, em 31/12/18, é de R\$ 35.079 mil.

Não obstante, existe a possibilidade de realização de um parcelamento convencional no qual parte do débito acima poderá ser parcelado em até 60 parcelas mensais.



## Relatório da Administração

### 3.4. Patrimônio Líquido

#### a) Azevedo & Travassos S.A. (ATSA)

O Patrimônio Líquido da ATSA, em 31/12/18, apresentou um valor negativo de R\$ 211.781 mil, contravalores também negativos de R\$ 78.339 mil, em 31/12/17. Esta ampliação foi motivada pelos prejuízos registrados nos últimos anos em função da crise instalada no País.

É importante frisar que a Companhia é proprietária de imóveis localizados na cidade de São Paulo, contabilizados por R\$ 19.793 mil e com valor de mercado muito superior, segundo recentes laudos de avaliações que poderia ser incorporado ao Patrimônio da Companhia se os terrenos fossem registrados pelo seu valor justo.

Em termos de ilustração, o valor venal de referência usado para cálculo de ITBI destes imóveis é de R\$ 48.079 mil representando uma diferença de R\$ 28.286 mil

Os imóveis da Companhia e das suas subsidiárias somam uma área total de 125 mil m<sup>2</sup>, incluindo a área de 55 mil m<sup>2</sup> da sua sede.

A ATSA tem ainda R\$ 18.347 mil de créditos fiscais referentes a prejuízos fiscais não reconhecidos, que tendo-se uma projeção de utilização destes créditos estes poderão ser reconhecidos em sua totalidade, o que trará efeito positivo no seu patrimônio líquido.

#### b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE)

Em 31/12/18, o Patrimônio Líquido está com um valor negativo de R\$ 150.504 mil, contravalores também negativos de R\$ 53.908 mil, em 31/12/17.

Este resultado foi provocado principalmente pelos prejuízos registrados em 2016 a 2018.

Existem R\$ 65.178 mil de créditos fiscais referentes a prejuízos fiscais não reconhecidos.

A empresa tendo uma projeção de utilização destes créditos poderá reconhecer a totalidade deste montante, o que trará efeito positivo no seu patrimônio líquido.

Em complemento, aguarda-se a modulação dos efeitos da decisão de 15/03/17 do Supremo Tribunal Federal na RE nº 574.706, para reconhecimento de um crédito no valor aproximado de R\$ 5.455 mil referente a ação proposta pela ATE para a exclusão do ISS da base do cálculo do PIS e COFINS que deverá produzir um efeito positivo no Patrimônio Líquido da ATE.

### 3.5. LAJIDA

O quadro a seguir mostra a LAJIDA do Consolidado da ATSA e da controlada ATE nos anos de 2018 e 2017.

	CONSOLIDADO – R\$ mil		ATE – R\$ mil	
	2018	2017	2018	2017
Lucro / Prejuízo (antes do IR e CSLL)	(96.541)	(92.052)	(70.892)	(79.781)
Despesas Financeiras	12.817	17.223	9.175	14.713
Receitas Financeiras	0	(134)	0	(133)
Depreciação e Amortização	3.446	4.109	3.089	3.756
<b>LAJIDA</b>	<b>(80.278)</b>	<b>(70.854)</b>	<b>(58.628)</b>	<b>(61.445)</b>

Os dados desfavoráveis da LAJIDA revelam a situação de dificuldades que a ATSA e ATE estão atravessando nos últimos anos e já relatada nos itens anteriores.

## Relatório da Administração

### **4. Empresas coligadas à ATSA e ATE**

As empresas coligadas à ATSA e ATE apresentaram a seguinte situação em 31/12/18:

- Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT-INFRA): encontra-se em operação.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário-Projeto I Ltda. (ATDI-I): encontra-se em fase de encerramento.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário-Projeto II Ltda. (ATDI-II): está ainda sem atividade. Em razão da transferência dos seus imóveis para a quitação do financiamento da ATE com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL encontra-se em estudo a sua incorporação pela ATE.
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário-Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): sem atividade. Em razão da transferência dos seu imóvel para a quitação do financiamento da ATE com o China Construction Bank- CCB, encontra-se em estudo a sua incorporação pela ATE ou pela ATSA.

### **5. Investimentos**

Em 2018 a Administração da Companhia restringiu a realização de novos investimentos até que se tenha um melhor cenário das atividades da empresa diante da situação econômica do País.

### **6. Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde e Responsabilidade Social**

O Sistema de Gestão de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde - QSMS é aplicado nas obras, acompanhando rigorosas exigências do mercado e normas nacionais e internacionais de referência. A preocupação com a qualidade é pautada na satisfação do Cliente, na conformidade e na evolução de desempenho da empresa. A questão ambiental é voltada para a prevenção da poluição e de danos à natureza e ao uso racional de recursos naturais. Aos seus profissionais são proporcionados procedimentos e condições para segurança do trabalho, bem como orientações para aperfeiçoamento profissional.

A empresa também tem por princípio atuar de modo socialmente responsável, tomando por referência os indicadores de sustentabilidade recomendados pelo *GRI – Global Reporting Initiative*, Instituto ETHOS, dentre outros.

### **7. Código de Ética e Conduta**

O Conselho de Administração aprovou em julho/15, o Código de Ética e Conduta da Azevedo & Travassos, o qual está disponibilizado na INTRANET e nos sites da Companhia e da B3. O Código de Ética tem por escopo uma maior transparência com os acionistas, mercado, clientes, fornecedores e órgãos governamentais, amplificando-se, portanto, a Governança e *Compliance* da Companhia.

## **Relatório da Administração**

### **8. Instrução CVM 381/03**

Conforme a Instrução CVM 381/03, a Grant Thornton Auditores Independentes não efetuou outros serviços para a Companhia, além do exame das demonstrações contábeis.

### **9. Declaração da Diretoria**

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07/12/2009, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras e as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018.

A Administração agradece aos que colaboraram durante o exercício findo e conta com o empenho e determinação de sua equipe para superar os desafios do ano de 2019.

São Paulo, 06 de setembro de 2019.

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes  
Diretor

Renato de Almeida Pimentel Mendes  
Diretor

Bernardino de Almeida Pimentel Mendes  
Diretor

## Notas Explicativas

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

## 1. Contexto operacional

### 1.1. Atividades das empresas do Grupo

A Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia” ou “ATSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antonio de Oliveira, 1.050, São Paulo. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como “Grupo”.

A controladora ATSA bem como a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV4 (ON) e AZEV4 (PN).

### 1.2. Relação de entidades controladas

Visando atender à demanda de obras e serviços na área de infraestrutura que deverá surgir com as concessões e privatizações, foi efetivada, em 2017, a alteração do Contrato Social da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto IV Ltda. (ATDI-IV), passando a sua denominação social para Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT – INFRA) e iniciadas as suas atividades.

## Notas Explicativas

As empresas com a formatação de Sociedade de Propósito Específico (SPE) apresentam a seguinte situação em 31 de dezembro de 2018:

- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto I Ltda. (ATDI-I): encontra-se em fase de encerramento;
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto II Ltda. (ATDI-II): está ainda sem atividade, aguardando definição em função dos seus terrenos terem sido utilizados para quitação de parte do financiamento da ATE com à Caixa Econômica Federal;
- Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. (ATDI-III): sem atividade, pois seu terreno foi dado para quitação do financiamento da ATE com a instituição financeira China Construction Bank (CCB).

A seguir, lista das controladas relevantes do Grupo:

	31/12/2018		31/12/2017	
	%	Controlada	%	Controlada
Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.	100	Direta	99,95	Direta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I	99,95	Indireta	99,95	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda.	99,95	Indireta	99,95	Indireta
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	100	Direta/ indireta	100	Direta/ indireta
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto IV Ltda.)	100	Direta	100	Direta/ indireta

### 1.3. Estratégia operacional

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo apresentou prejuízo de R\$ 133.469, um capital circulante líquido negativo de R\$ 154.116 e patrimônio líquido negativo em R\$ 211.783. Estes números refletem o atual momento do Grupo e do mercado de construção pesada do país, onde, a partir do segundo semestre de 2016, convive com uma substancial redução da carteira de obras, fruto do encerramento de diversos contratos, sem a reposição característica da construção pesada, pois os clientes postergaram seus investimentos frente a grave crise econômica brasileira, notadamente nos investimentos em infraestrutura.

O Grupo tem utilizado diversas estratégias operacionais para melhoria do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

- a) Para atender às necessidades de capital de giro e se posicionar de maneira estratégica para as oportunidades que virão com a retomada dos investimentos em infraestrutura nos próximos anos em um mercado fragilizado pela crise dos últimos anos e a necessidade de rígidas normas de *compliance*, a Companhia continua em busca de meios para se capitalizar através dos diversos instrumentos de mercado, parcerias estratégicas e participando em concorrências com parceiros que reforcem sua competitividade na oferta de preços, otimização de recursos e diluição de riscos, garantindo sua continuidade neste segmento em que é reconhecida pelo seu acervo técnico, performance e diligência no cumprimento de seus contratos;

## Notas Explicativas

- b)** Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração e na redução de custos, se adequando ao atual patamar de faturamento tendo em vista o crescimento do mercado no curto prazo;
- c)** Continuar seu trabalho de alongamento de dívidas para adequá-las a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagas com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos;
- d)** Os controladores já disponibilizaram imóveis para oferecer em garantia em operações de capital de giro e renegociação de dívidas.
- e)** Os controladores disponibilizaram em 30 de junho de 2018 para a empresa uma linha de mútuo no valor de até R\$ 2.500 para ser usada como capital de giro, dos quais R\$ 1.069 foram efetivamente utilizados pela Companhia até 31/12/2018;
- f)** Executar as obras que estão para ser contratadas dentro das margens orçadas;
- g)** Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos que permitam voltar a receita bruta consolidada aos patamares anteriores. Neste esforço, mesmo em condições tão restritas, no exercício de 2018 o Grupo entregou R\$ 1.697.431 em propostas, sendo R\$ 387.000 em consórcio. A Companhia possui uma média histórica de sucesso nos últimos 10 anos em torno de 9% do total de propostas apresentadas;
- h)** Desmobilizar os terrenos de sua propriedade e subsidiárias, todos localizados na área urbana da cidade de São Paulo, cujo valor de ITBI, base das tributações imobiliárias, é de R\$ 64.600, muito superior ao valor contábil;
- i)** Prosseguir com a ação de cobrança ajuizada para receber os créditos referentes a serviços realizados e não pagos pelo Metrô nos contratos da Ciclovía e Estações da Linha 15 – Prata;
- j)** Prosseguir com as tratativas administrativas visando receber os créditos referentes aos serviços realizados e não medidos pela Transpetro, Petrobrás/UOBA, Petrobrás/OCVAP e PMSP;
- k)** Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS-I.
- l)** Equacionar os débitos tributários federais da controlada ATE, através da efetivação da dação em pagamento de bens imóveis que os controladores estão disponibilizando, nos moldes estabelecidos pela Lei 13,259/2016 (art.4º.) e Portaria PGN 32/2018. Não obstante, a controlada ainda apresenta a possibilidade de parcelamento convencional (ordinário), no qual os débitos poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas nos termos da legislação vigente.
- m)** Prosseguir com ação de cobrança ajuizada contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato celebrado com este Órgão.

## Notas Explicativas

- n) Prosseguir com ação judicial contra o DER-SP cobrando a alteração de alíquota do ISS de 3% para 5% relativa a obra do viaduto no Município de Cubatão;
- o) Prosseguir com as ações ajuizadas no Tribunal Regional Federal da Terceira Região já com vitórias em 1ª e 2ª Instâncias, pela Companhia e pela ATE para a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Com a finalização do julgamento do RE 574.706 pelo Superior Tribunal Federal com decisão com efeito de repercussão geral favorável ao contribuinte em 15 de março de 2017, estas ações que estavam sobrestadas deverão retomar os seus andamentos com o reconhecimento do direito creditório da Companhia e da controlada;
- p) Prosseguir com ações judiciais objetivando a declaração de inconstitucionalidade dos valores relativos à Contribuição Social prevista no artigo 1º. Da Lei Complementar no. 110/2001 (multa 10% FGTS);
- q) Ajuizar ação judicial objetivando a exclusão da CPRB “Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta” da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, tendo em vista o julgamento do Supremo Tribunal Federal que concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS;
- r) Continuar a gestão dos processos de pedidos de falência, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, no sentido de encerrá-los, sempre em consideração dos interesses da Companhia e seus acionistas.

Adicionalmente, o Relatório da Administração complementa estas Notas Explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

Apesar das incertezas relacionadas à retomada dos investimentos no Brasil em infraestrutura no curto prazo, bem como a dificuldade de concretização dos meios buscados para capitalização da Companhia, com base no exposto acima, a Administração conclui que a Companhia possui capacidade de continuar em operação por pelo menos 12 meses a partir da data do balanço.

## 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Notas Explicativas

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração declara confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

### **2.2. Base de elaboração**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

### **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4. Aprovação das demonstrações contábeis**

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de setembro de 2019.

## **3. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **3.2. Instrumentos financeiros**

#### **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhecia os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo ativos mensurados a valor justo por meio do resultado) eram reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornava uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.



## Notas Explicativas

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O CPC 48 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma eliminou as categorias existentes anteriormente de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo as contas a receber como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

A nova norma substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. A Administração não identificou impactos relevantes na adoção desta norma na estimativa das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como na rubrica de contas a receber de clientes.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e o gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Os custos de transação são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreendem caixa e equivalentes de caixa.

### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Os passivos financeiros não derivativos são classificados sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

## Notas Explicativas

### Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamento, fornecedores e outras contas a pagar.

### 3.3. Estoques e estoques de terrenos

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

### 3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

### 3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

## Notas Explicativas

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

### 3.6. Investimentos e base de consolidação

#### Investimentos em empresas controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

## Notas Explicativas

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

### **3.7. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

### **Impostos de renda e contribuição social diferidos**

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

## Notas Explicativas

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### **3.8. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

### **3.9. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

### **3.10. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes**

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

### **3.11. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## Notas Explicativas

### 3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### 3.13. Reconhecimento da receita

#### Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

### 3.14. Principais julgamentos e estimativas contábeis críticas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

#### Reconhecimento das receitas

As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.

## Notas Explicativas

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota nº 27(c). Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

### **Vida útil dos bens do imobilizado e intangível**

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

### **Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa**

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

### **3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

### **3.16. Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas

### 3.17. Reclassificação de valores correspondentes

A Administração da Companhia, no processo de elaboração das demonstrações contábeis referentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, revisou algumas de suas práticas contábeis referente a reclassificação sobre determinadas rubricas do balanço patrimonial e realizou a reclassificação dos seguintes saldos:

- i) Valor de R\$ 5.340 mil da rubrica de adiantamento a fornecedores para a rubrica contábil de outras contas a receber nas demonstrações consolidadas;
- ii) Valor de R\$ 1.019 e R\$ 2.323 individual e consolidado, respectivamente, da rubrica de depósito judiciais do ativo circulante para o ativo não circulante;
- iii) Valor de R\$ 708 e R\$ 2.012 individual e consolidado, respectivamente, da rubrica de salários e encargos do passivo circulante para o passivo não circulante.

Desta forma, os valores correspondentes a 31 de dezembro de 2017 foram reclassificados para fins de comparação e não houveram itens e/ou valores relevantes que pudessem ter prejudicado a leitura e/ou impactado outros aspectos qualitativos de terceiros e/ou de acionistas da Companhia.

### 3.18. Novas normas e interpretações novas e revisadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06;
- IFRS 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro – Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias;
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto - R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – Custos dos empréstimos - R1).

A Companhia está avaliando os reflexos destas normas e, no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis.



## Notas Explicativas

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Instituição	Tipo de aplicação	Remuneração média mensal em 2018	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras						
Banco do Brasil	CDB-DI	92,0% CDI	-	6	-	34
Outros			-	157	-	185
			-	163	-	219
Caixas e bancos			-	1	93	137
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>164</b>	<b>93</b>	<b>356</b>

As aplicações estão atualizadas com base nos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

### 5. Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber	-	4.013	157	8.073
Serviços e locações executados e não faturados	119	4.020	1.290	15.561
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>8.033</b>	<b>1.447</b>	<b>23.634</b>

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras. Durante o exercício de 2018 houve o recebimento dos créditos a receber.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição provisão da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

### 6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Material de construção e peças de manutenção	66	1.142	1.866	3.318
Material de revenda	-	-	59	149
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>1.142</b>	<b>1.925</b>	<b>3.467</b>

## Notas Explicativas

### 7. Estoque de terrenos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Azevedo & Travassos S.A.	8.065	8.065	8.065	8.065
Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda.	-	-	-	3.650
Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda	-	-	8.466	8.466
<b>Total</b>	<b>8.065</b>	<b>8.065</b>	<b>16.531</b>	<b>20.181</b>
Ativo circulante	-	-	8.466	12.116
Ativo não circulante	8.065	8.065	8.065	8.065

  

	M <sup>2</sup>	Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017
LOTE Elísio - AT	22.999	3.851	3.851
LOTE 7 - AT	18.144	2.203	2.203
LOTE 8 - AT	17.207	2.011	2.011
LOTE 9 - ATDI - III	-	-	3.650
LOTE 3 - AT-INFRA	5.465	3.165	3.166
LOTE 4 - AT-INFRA	4.343	2.851	2.854
LOTE 5 - AT-INFRA	1.348	1.139	1.139
LOTE 6 - AT-INFRA	1.536	1.311	1.307
<b>Total</b>	<b>71.042</b>	<b>16.531</b>	<b>20.181</b>

Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes Elísio, 7 e 8 os valores estão contabilizados no ativo não circulante, totalizando assim um montante de R\$ 8.065 mil (R\$ 8.065 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui os lotes Elísio, 7 e 8 contabilizados na conta estoque de imóveis R\$ 8.065 e no ativo imobilizado o lote 1 (terreno de 55.568 m<sup>2</sup> e construção) no valor de R\$ 11.728, perfazendo assim, um total de R\$ 19.793 e apresentam um valor venal de referência para o cálculo do ITBI de R\$ 48.079.

Em 31 de dezembro de 2018, devido a restrições, os lotes 3, 4 e 5 foram dados em garantia empréstimo Banco Brasil (vide Nota Explicativa nº 15)

### 8. Adiantamento a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui na rubrica de adiantamento a fornecedores no consolidado o montante de R\$ 1.136 (zerado em 31 de dezembro de 2017) que refere-se a adiantamentos efetuados aos fornecedores

### 9. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas/custos seguros a apropriar	12	69	140	527
Despesas/custos antecipados (a)	-	-	-	1.712
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>69</b>	<b>140</b>	<b>2.239</b>

a) Trata-se de despesas e custos apropriar da obra do METRO-SP.

## Notas Explicativas

### 10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)
<b>Ativo Circulante</b>				
Caução	-	-	1.436	1.864
Venda Ativo Fixo	-	-	1.042	-
Outras	210	156	6.721	10.377
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>156</b>	<b>9.199</b>	<b>12.241</b>
<b>Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo</b>				
Cessão Precatório	774	-	774	-
Depósito Judicial	1.029	1.019	4.217	4.090
Outras	-	-	875	1.283
<b>Total</b>	<b>1.803</b>	<b>1.019</b>	<b>5.866</b>	<b>5.373</b>
<b>Total</b>	<b>2.013</b>	<b>1.175</b>	<b>15.065</b>	<b>17.614</b>

E

m 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, após análise dos valores a receber, entendeu que não há necessidade de constituição provisão da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

### 11. Investimentos e provisões para passivo a descoberto de controladas

	Controladora					
	Participação no final do exercício %		No patrimônio líquido		No resultado do exercício	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Avaliados pelo método de equivalência patrimonial</b>						
ATE (a)	100	99,95	(150.504)	(53.883)	(96.594)	(73.590)
ATDI - III (b)	99,95	99,95	3.288	3.577	(291)	-
AT Infraestrutura Ltda (c)	100	99,95	8.516	8.387	131	60
<b>Subtotal investimentos</b>			<b>(138.700)</b>	<b>(41.919)</b>	<b>(96.754)</b>	<b>(73.530)</b>
Investimentos avaliados pelo custo			2	2	-	-
<b>Total investimentos</b>			<b>(138.698)</b>	<b>(41.917)</b>	<b>(96.754)</b>	<b>(73.530)</b>
Ativo não circulante			11.806	11.966		
Passivo não circulante			(150.504)	(53.883)		

#### a) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., é composto, em 31 de dezembro de 2018, de 16.410.500 cotas (16.410.500 cotas em 31 de dezembro de 2017).

O patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2018 está negativo em R\$ 150.504 (R\$ 53.908 em 31 de dezembro de 2017), e o seu prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 96.596 (R\$ 73.627 em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

### b) Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário Projeto III SPE Ltda. – ATDI-III

A participação foi feita em 30 de dezembro de 2015 e 2016, através da integralização do lote 9 na subscrição capital, a Empresa ainda não iniciou suas atividades.

O lote 9 foi dado em garantia ao China Construction Bank - CCB em contrato de empréstimo com a ATE, tendo o banco quitado o empréstimo com esse lote em 04 de abril de 2018 (vide nota 22 e 13.a).

### c) Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (anteriormente denominada Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto IV Ltda.)

A participação foi feita em 14 de março de 2016, através da integralização de R\$ 10 e em 31 de março de 2016 através da integralização do lote 3,4 e 5 na subscrição capital no valor de R\$ 7.009, e em 30 de dezembro de 2016 do lote 6 no valor de R\$ 1.307. A Empresa iniciou suas atividades em 2017.

## 12. Transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Operações:</b>		
- Contrato de aluguel (a)	360	360
- Receita bruta de serviços (b)	986	1.754
- Outras partes relacionadas (c)	-	7
- Mútuo entre ATSA e ATE (d)	119	7.380
- Mútuo entre ATE e ATDI-I (d)	(24)	(24)
- Mútuo entre ATE e ATDI-II (d)	(10)	-
- Mútuo entre ATSA e ATDI-III (d)	3.604	25
- Mútuo entre ATSA e AT Infraestrututa Ltda (d)	318	91
- Mútuo entre controladores (e)	2.256	613
- Garantia dada pela Imobel SA Urb e Construtora (f)	1.258	1.258

(a) Refere-se a aluguel pago pela ATE a controladora pelo uso imóvel/sede;

(b) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as operações entre a controladora Azevedo & Travassos S.A. e sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., foram, em sua maioria, repasses de despesas rateadas em função de prestação de serviços realizados em condições compatíveis com o mercado, em preços e prazos e também pequenos serviços entre a AT INFRA com a AT e ATE com a AT INFRA;

(c) Trata-se de compra de materiais (mantas importadas da Raychen) da Intech Engenharia Ltda. e prestação de serviços (desenvolvimento imobiliário) da HMendes Arquitetura e Paisagismo Ltda.;

(d) Refere-se mútuo entre a empresa ATE e suas controladas ATDI II e ATDI I, e da AT com suas controladas ATE, ATDI III e ATDI INFRA;

(e) Os acionistas controladores da Companhia emprestaram sem juros em 2018 o valor de R\$ 2.256;

(f) Para poder concretizar a repactuação com o Banco Safra, a Imobel S.A. Urbanizadora (empresa dos controladores) deu em garantia de terrenos de sua propriedade.

## Notas Explicativas

### Honorários dos administradores e benefícios.

Em 31 de dezembro de 2018, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$ 1.750 (R\$ 1.869 em 31 de dezembro de 2017), conforme quadro a seguir:

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo		
Salário ou pró-labore (i)	1.750	1.809
Benefícios (ii)	-	60
<b>Total</b>	<b>1.750</b>	<b>1.869</b>

- (i) Inclui remuneração fixa (salários, honorários e férias).
- (ii) Benefícios: assistência médica, refeição e seguro de vida.

A Companhia não tem plano de remuneração variável nem plano de remuneração baseado em ações.

## Notas Explicativas

## 13. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.507	(2.377)	4.130	4.390
Máquinas e equipamentos	10	733	(660)	73	73
Outros	10	521	(344)	177	215
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(739)	7.076	7.135
<b>Total</b>		<b>16.098</b>	<b>(4.120)</b>	<b>11.978</b>	<b>12.335</b>

Consolidado					
	Taxa anual de depreciação %	31/12/2018			31/12/2017
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	4	6.566	(2.427)	4.139	4.402
Máquinas e equipamentos	10	19.941	(15.691)	4.250	2.764
Veículos	10	13.033	(8.834)	4.199	5.420
Outros	10	7.794	(5.894)	1.900	2.523
Terrenos		522	-	522	522
Reavaliação de terrenos e edifícios		7.815	(739)	7.076	7.135
<b>Total</b>		<b>55.671</b>	<b>(33.585)</b>	<b>22.086</b>	<b>22.766</b>

## A mutação do saldo do imobilizado:

	Controladora				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Edifícios e benfeitorias	6.507	-	-	-	6.507
(-) Depreciação Acumulada	(2.117)	(260)	-	-	(2.377)
Máquinas e equipamentos	733	-	-	-	733
(-) Depreciação Acumulada	(660)	-	-	-	(660)
Outros	521	-	-	-	521
(-) Depreciação Acumulada	(306)	(38)	-	-	(344)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(680)	(59)	-	-	(739)
<b>Total</b>	<b>12.335</b>	<b>(357)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.978</b>

Consolidado					
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
(-) Depreciação Acumulada	(2.164)	(263)	-	-	(2.427)
Máquinas e equipamentos	14.126	-	(1.990)	7.805	19.941
(-) Depreciação Acumulada	(11.362)	(1.288)	1.288	(4.329)	(15.691)
Veículos	13.599	15	(581)	-	13.033
(-) Depreciação Acumulada	(8.179)	(1.081)	429	(3)	(8.834)
Outros	7.999	108	(315)	2	7.794
(-) Depreciação Acumulada	(5.476)	(514)	95	1	(5.894)
Terrenos	522	-	-	-	522
Reavaliação de terrenos e edifícios	7.815	-	-	-	7.815
(-) Depreciação Acumulada	(680)	(59)	-	-	(739)
<b>Total</b>	<b>22.766</b>	<b>(3.082)</b>	<b>(1.074)</b>	<b>3.476</b>	<b>22.086</b>

Em 30 de setembro de 2018 foi revertido do ativo circulante um saldo de R\$ 3.476, referente a ativo não circulante mantido para venda.

Tendo em vista, principalmente, a valorização recente de seus imóveis, a Companhia entende que passa a ser provável que venha a usufruir dos benefícios econômicos associados a um ativo não depreciável (terrenos). Dessa forma, reconheceu em 31 de dezembro de 2012, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação anteriormente constituída, conforme estabelece o item 39 da Resolução CFC 1.263/09.

## Notas Explicativas

### 14. Intangível

	Taxa anual de amortização %	Consolidado		
		31/12/2018		31/12/2017
		Custo	Amortização	Líquido
Softwares	20	3.505	(3.252)	253
<b>Total</b>		<b>3.505</b>	<b>(3.252)</b>	<b>253</b>

#### A mutação do saldo do intangível:

	31/12/2017	Consolidado			30/12/2018
		Adições	Baixas	Transferências	
Softwares	3.505	-	-	-	3.505
(-) Amortização Acumulada	(3.011)	(241)	-	-	(3.252)
<b>Total</b>	<b>494</b>	<b>(241)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>253</b>

### 15. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Encargos	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Capital de giro	CCB (a)		-	-	-	7.065
Capital de giro	CDI + 3,90% AA	2018 a 09/2024	-	-	28.313	27.475
Finame	9% a.a.	01/2018 a 03/2019	-	-	58	117
Financiamento CDC	1,15% a.m.	01/2018 as 04/2019	-	-	231	257
Arrendamento mercantil	1,20% a.m.	12/2017 a 08/2018	-	-	210	234
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28.812</b>	<b>35.148</b>
Passivo circulante			-	-	6.985	11.262
Passivo não circulante (b)			-	-	21.827	23.886

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, direitos creditórios, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondentes ao lote 3, 4 e 5 da AT Infraestrutura Ltda. (Banco do Brasil) e lotes de Imobel S.A. Urbanizadora e Construtora (Banco Safra).

(a) Em 04/04/18, foi finalizada a quitação do contrato de financiamento firmado pela controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) com o China Construction Bank (CCB) no valor de R\$ 7.057 mil, através da dação ao CCB do lote 09, localizado à Rua Marilac, Bairro de Pirituba, São Paulo e de propriedade da Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda., uma vez que este imóvel figurou como garantia (alienação fiduciária) deste financiamento. Este imóvel está contabilizado pelo valor de R\$ 3.604.

(b) Os montantes do não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2018:

Ano	Consolidado
2020	3.894
2021	4.524
2022	6.889
2023	3.456
2024	3.064
<b>Total</b>	<b>21.827</b>

#### Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possui cláusula restritivas (covenants) vinculado a índices financeiros.

## Notas Explicativas

### 16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R\$ 7.101 e R\$ 29.603 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente (R\$ 8.486 e R\$ 30.337 em 31 de dezembro de 2017 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente). O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

### 17. Salários, provisão para férias e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)	31/12/2018	31/12/2017 (reclassificado)
Salários, Férias, 13º Salário e Quitaões a Pagar	6.271	2.728	29.118	15.448
Provisão para Férias	1.572	1.926	3.914	8.810
Encargos Sociais	4.009	1.701	21.701	12.411
<b>Total</b>	<b>11.852</b>	<b>6.355</b>	<b>54.733</b>	<b>36.669</b>
Passivo circulante	11.144	5.647	52.712	34.657
Passivo não circulante	708	708	2.021	2.012
<b>Total</b>	<b>11.852</b>	<b>6.355</b>	<b>54.733</b>	<b>36.669</b>

Os valores reclassificados para o passivo não circulante, refere-se basicamente aos adicionais de 10% do FGTS que está sendo discutido em juízo. Tais processos possuem depósitos judiciais.

### 18. Obrigações tributárias – outros impostos e parcelamento PERT

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>				
Impostos a recolher (COFINS, PIS e outros)	8.807	3.345	21.829	8.811
Parcelamentos PERT (a)	-	40	35.079	1.707
Parcelamentos - outros	192	16	905	100
<b>Total</b>	<b>8.999</b>	<b>3.401</b>	<b>57.813</b>	<b>10.618</b>
<b>Não circulante</b>				
Parcelamentos PERT (a)	-	-	-	31.545
Parcelamentos - outros	-	156	-	658
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>156</b>	<b>-</b>	<b>32.203</b>

conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, foi criado o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

C



## Notas Explicativas

Em 11 de agosto de 2017 a controlada ATE fez a primeira adesão, e em 14 de novembro de 2017 foi feita nova adesão que incorporou a anterior que incluiu, principalmente, débitos relativos a imposto de renda fonte, PIS, COFINS, INSS desoneração e INSS folha.

A controlada ATE, por não ter cumprido o que estabelece na Lei nº 13.496/17, não teve seu pedido de parcelamento do PERT aceito em 03/01/2019, por esse motivo o saldo devedor do passivo não circulante foi transferido para o passivo circulante.

### 19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo Circulante</b>				
Seguros a pagar	33	38	363	385
Intercompany - ATE (Nota 12 - d)	-	7.380	-	-
Acordos judiciais (a)	772	360	18.887	4.959
Contrato mutuo (sinalta)	-	1.500	-	1.500
Provisões diversas	389	-	2.762	-
Outras	1.200	915	5.009	1.473
<b>Total</b>	<b>2.394</b>	<b>10.193</b>	<b>27.021</b>	<b>8.317</b>
<b>Passivo não Circulante</b>				
Intercompany - ATDI-III e Infra (Nota 12 - d)	3.604	-	-	-
Outras	318	-	-	497
<b>Total</b>	<b>3.922</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>497</b>

Refere-se a acordos judiciais homologados pela justiça com ex-colaboradores. Este valor é o montante principal, e multas das rescisões por não cumprimento dos acordos. Para fazer frente a este passivo, a Companhia está oferecendo em garantia o imóvel onde se localiza sua sede, o qual foi avaliado por perito da justiça do trabalho em R\$ 78.000.

### 20. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

#### a)Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2017 está composto por 9.000.000 ações ordinárias, 18.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 27.000.000 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2018 o valor do capital social é de R\$ 28.047 (R\$ 28.047 em 31 de dezembro de 2017).

#### b)Dividendos e juros sobre o capital próprio

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

#### c)Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

## Notas Explicativas

### 21. Imposto de renda e contribuição social

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(122.390)	(85.876)	(96.541)	(92.052)
Adições:				
- Despesas indedutíveis	9.974	59	14.707	4.231
- Controladas cálculo lucro presumido	-	-	13	-
- Equivalência	96.754	73.530	-	-
Base de cálculo	(15.662)	(12.287)	(81.821)	(87.821)
Alíquota (%)	34%	34%	34%	34%
do adicional	5.325	4.177	27.819	29.819
prejuízo período janeiro a dezembro 2018	(5.325)	(2.508)	(27.819)	(23.064)
Outros	-	-	-	1.408
prejuízo fiscal 2016	-	(19)	-	(359)
Imposto de renda e contribuição social controladas (lucro presumido)	-	-	(152)	(16)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.650</b>	<b>(152)</b>	<b>7.788</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(152)	(16)
Imposto de renda e contribuição social - diferido prejuízo	-	1.650	-	6.396
Imposto de renda e contribuição social - diferido prejuízo - reversão	(10.514)	-	(32.598)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido diferenças temporárias	-	-	-	1.408
Imposto de renda e contribuição social - diferido diferenças temporárias -reversao	(558)	-	(4.178)	-
<b>Total</b>	<b>(11.072)</b>	<b>1.650</b>	<b>(36.928)</b>	<b>7.788</b>

### 22. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme instrução CVM 235/95.

### 23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de produtos e serviços	24.506	16.510	64.562	73.348
	24.506	16.510	64.562	73.348
Deduções de produtos e serviços				
Impostos sobre produtos e serviços	(3.902)	(1.785)	(15.515)	(9.578)
	(3.902)	(1.785)	(15.515)	(9.578)
<b>Total</b>	<b>20.604</b>	<b>14.725</b>	<b>49.047</b>	<b>63.770</b>

## Notas Explicativas

### 24. Custos e despesas gerais e administrativas por natureza

#### Custos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	2.786	2.017	43.338	50.710
Materias	7.283	7.433	11.799	18.399
Serviços/Locações contratados terceiros	11.326	4.692	18.531	16.361
Revenda	-	-	410	353
Apropriação custos de contratos	-	-	1.711	15.020
Outros	2.565	2.552	15.422	17.784
<b>Total</b>	<b>23.960</b>	<b>16.694</b>	<b>91.211</b>	<b>118.627</b>

#### Despesas gerais e administrativas

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	5.161	4.536	9.380	9.799
Serviços contratados de terceiros	515	624	1.658	2.366
(-) Apropriação custos de contratos	-	-	-	(1.196)
Outros	321	384	1.487	1.723
<b>Total</b>	<b>5.997</b>	<b>5.544</b>	<b>12.525</b>	<b>12.692</b>

### 25. Outras (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisão REFIS (a)	(8.219)	-	(8.219)	-
Processos judiciais	(288)	(518)	(3.676)	(2.579)
Multa acordo trabalhista (b)	(246)	-	(6.607)	-
Provisão obrigações legais (c)	(1.308)	-	(6.312)	(3.290)
Baixa precatório	(491)	-	(491)	-
Outras provisões e despesas	(416)	-	(1.980)	264
<b>Total</b>	<b>(10.968)</b>	<b>(518)</b>	<b>(27.285)</b>	<b>(5.605)</b>

- (a) Foi efetuada pela controlada uma provisão parcelamento REFIS (vide Nota 27.a);
- (b) Refere-se a multa pelo não cumprimento (pagamento) dos acordos trabalhistas;
- (c) Provisão para obrigações legais. Na controladora no passivo não circulante conta provisão para obrigações legais (saldo 31/12/2017 R\$ 1.000 em 31/12/2018 R\$ 2.308 provisão 2018 R\$ 1.308) e no consolidado (saldo 31/12/2016 R\$ 4.400 em 31/12/2017 R\$ 7.690 provisão 2017 R\$ 3.290) e (saldo 31/12/2017 R\$ 7.690 em 31/12/2018 R\$ 14.002 provisão 2018 R\$ 6.312).

## Notas Explicativas

### 26. Receita (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de Aplicações Financeiras	-	1	-	134
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>134</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(184)	(367)	(3.233)	(7.526)
Juros Passivos (tributos, fornecedores e outros)	(3.381)	(2.140)	(9.584)	(9.697)
<b>Total</b>	<b>(3.565)</b>	<b>(2.507)</b>	<b>(12.817)</b>	<b>(17.223)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(3.565)</b>	<b>(2.506)</b>	<b>(12.817)</b>	<b>(17.089)</b>

### 27. Outras informações

#### a)REFIS Federal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo Circulante	2.679	2.101	2.679	2.101
Passivo Não Circulante	51.304	43.344	51.304	43.344
<b>Total</b>	<b>53.983</b>	<b>45.445</b>	<b>53.983</b>	<b>45.445</b>

A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

A partir de junho/14, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou a parcela do REFIS, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28/02/2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 30/06/14, dividindo-se o saldo do extrato do REFIS, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final.

Face ao atraso de pagamento de parcelas do REFIS-I e com a possibilidade de a Companhia vir, eventualmente, ser excluída deste programa, em 30 de setembro de 2018 foi efetuada uma provisão em complemento ao extrato no montante de R\$ 8.219. O saldo do extrato do parcelamento em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 45.764, incluindo a provisão de R\$ 8.219 totalizando R\$ 53.983 (R\$ 45.445 em 31 de dezembro de 2017).

## Notas Explicativas

### b)Precatórios a receber

Refere-se a precatórios oriundos de ações judiciais relativos a desapropriação de terreno promovido pela Fazenda Estadual e cobrança de juros e correção monetária sobre atrasos de pagamentos de contas a receber do DER/SP.

Em 28 de novembro de 2018, a Companhia realizou a cessão do precatório nº 379/84 no valor de R\$ 889 para o pagamento de prestação de serviços junto a terceiros.

Durante o exercício de 2018, houve a baixa dos precatórios nº 363/86 e nº203/83, no valor de R\$ 497, devido ao fato de não ter perspectiva de recebimento, sendo assim, o saldo em 31 de dezembro de 2018 é zero (R\$ 1.380 em 31 de dezembro de 2017).

### c)Provisão para obrigações legais – Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

#### Movimento das provisões prováveis

	Controladora			Consolidado		
	2017	Movimento no exercício	2018	2017	Movimento no exercício	2018
Trabalhista	516	768	1.284	5.594	4.550	10.144
Fiscal	116	329	445	181	1.697	1.878
Cível	368	211	579	1.915	65	1.980
<b>Total</b>	<b>1.000</b>	<b>1.308</b>	<b>2.308</b>	<b>7.690</b>	<b>6.312</b>	<b>14.002</b>

A Companhia e suas Controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrativa. As provisões relativas a esses processos são classificadas quanto à probabilidade de perda provável e possível.

O valor dos processos classificados como possíveis na controladora em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 6.465 e R\$ 21.789 no consolidado (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 2.878 na controladora e R\$ R\$ 12.953 no consolidado).

### d)Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 – Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2017 nas demonstrações individuais e consolidadas o valor de R\$ 11.072 e R\$ 36.775, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2018, foi baixado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas o valor de R\$ 11.072 e R\$ 36.861, respectivamente, em função da perspectiva de prejuízo pelo terceiro ano consecutivo, que se confirmou no nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2018.

## Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	10.514	-	32.598
Diferenças temporárias - provisões indedutíveis	-	558	-	4.178
Reavaliação de bens	(4.795)	(4.815)	(4.795)	(4.815)
<b>Total</b>	<b>(4.795)</b>	<b>6.257</b>	<b>(4.795)</b>	<b>31.961</b>

O valor não constituído de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízo fiscal do imposto de renda e base de cálculo negativa de contribuição social estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
<b>Base cálculo até 2017</b>	<b>38.300</b>	<b>163.900</b>
34%	13.022	55.726
<b>Base cálculo em 2018</b>	<b>15.662</b>	<b>81.821</b>
34%	5.325	27.819
Já utilizado acima	-	-
<b>Total</b>	<b>18.347</b>	<b>83.545</b>

### e) Ações judiciais ativas

#### g.1) Exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e Cofins

As ações propostas pela Companhia (ATSA) e Controlada (ATE), ambas julgadas favoravelmente, estão sobrestadas, aguardando os Ministros do Supremo Tribunal Federal finalizarem o julgamento do RE n.º 592.616/RS, ao qual foi atribuído o efeito da repercussão geral (Tema 118). Estima-se para Companhia (ATSA) de R\$ 201 e, para a ATE de R\$ 5.455 mil.

#### g.2) Ação para exclusão de verbas indenizatórias da base de cálculo do INSS

Ações propostas pela Companhia (ATSA) e a Controlada ATE buscando a exclusão das verbas de natureza indenizatória da base de cálculo das contribuições previdenciárias e parafiscais, bem como a recuperação dos valores recolhidos indevidamente nos últimos cinco anos que antecederam o ajuizamento das ações. As ações ajuizadas pela Companhia (ATSA) e pela Controlada ATE, muito embora tenham decisões favoráveis, atualmente, os autos estão sobrestados até julgamento da matéria pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – Repercussão Geral. Neste momento, não é possível a mensuração do benefício patrimonial de ambas as demandas.

## Notas Explicativas

### **28. Eventos subsequentes**

Em 03 de janeiro de 2019, a controlada ATE por não ter cumprido o que estabelece na Lei nº 13.496/17, não teve seu pedido de parcelamento do PERT aceito.

Em 04 de janeiro de 2019, foi publicada a rescisão unilateral pela Companhia do Metropolitano de São Paulo- Metro dos contratos de Nr.4086621301 -Estações e de Nr.4099621301- Ciclovía. Em 22/03/2019 a Companhia e sua coligada ATE entraram com ação, tendo como pedido principal o pagamento de indenização por danos materiais por todos os prejuízos causados em razão do rompimento unilateral dos contratos supracitados a serem apurados quando da produção de provas periciais e também por danos morais a ser arbitrado pelo magistrado.

A Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS em 23/01/2019 revalidou o Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Grupo para o exercício de 2019 através do Programa de Gerenciamento de Fornecedores (PROGEF).

Em 08/05/2019, a Assembleia Geral Extraordinária da Azevedo & Travassos S.A (ATSA) aprovou o grupamento das 9.000.000 (nove milhões) ações ordinárias e 18.000.000 (dezoito milhões) ações preferenciais da ATSA., na proporção de 5 (cinco) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie, sem alteração do capital social, passando o número de ações representativas do capital social da ATSA a ser 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações ordinárias e 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações preferenciais.

O Capital Social da ATSA de R\$ 28.047 passou então a ser constituído por 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações ordinárias e 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações preferenciais, sem valor nominal e todas nominativas.

Em 22/04/2019 e em 08/05/2019 foram emitidos Fatos Relevantes informando aos acionistas da ATSA e ao mercado, os procedimentos para a implantação do referido grupamento.

Este processo foi concluído em 10/06/2019 quando as ações da Companhia passaram a ser negociadas de forma grupada.

\* \* \*

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

### Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

#### Áreas de Negócios

A Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) e as suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. (AT-INFRA) e as suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atividades nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, com o atual cenário de retomada de crescimento da economia do País, tenderão a demandar serviços em maior escala que necessitarão de empresas com a expertise e a credibilidade das empresas do Grupo Azevedo & Travassos.

A abrangência das Áreas de Negócios pode ser assim resumida:

- **Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura**

A Azevedo & Travassos ( ATSA, ATE e ATI-INFRA) deverá participar, de forma muito seletiva, em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais.

Os planos de investimentos das empresas concessionárias de serviços públicos tendem a demandar serviços para o segmento de Construção Pesada e os principais setores que absorverão estes investimentos são os de mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos, saneamento e aeroportos.

No segmento de Construção Civil Industrial, com retomada do crescimento da economia existe expectativa, em alguns setores, de investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção.

- **Montagem Eletromecânica**

A Azevedo & Travassos participa intensamente no segmento de Óleo e Gás além de montagem de dutos em geral, tais como etanoldutos e minerodutos. Seus principais clientes são:

PETROBRAS, Concessionárias de Gás, Indústrias Química, Farmacêutica e Petroquímica, Mineradoras e Transportadoras de Combustíveis.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, pretende-se manter a sua atuação junto aos seus Clientes tradicionais, como: BAHIA GÁS, BR DISTRIBUIDORA, CEG/GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo). Com retomada do crescimento estas concessionárias devem incrementar seus planos de investimentos.

- **Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços**

- Perfuração Direcional Horizontal

A Azevedo & Travassos executa serviços de perfuração direcional horizontal com boas expectativas de serviços em função das possibilidades de novas contratações. Esta Área de Negócios, está abrindo novas frentes e oportunidades de serviços, inclusive na área



## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

marítima (“*off shore*”).

### - Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completação com sondas em poços de petróleo estão suspensos desde 2012. O retorno às estas atividades poderá acontecer tão logo este segmento se mostre atrativo.

### • **Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás**

Aproveitando a experiência da área de perfuração e produção de petróleo, iniciou-se, a partir de 2016, participação no mercado de manutenção de instalações existentes de processamento de óleo e gás. Esta é uma área em franca expansão devido ao grande período em que a PETROBRAS ficou sem investir neste setor.

### • **Desenvolvimento Imobiliário**

A ATSA possui cerca de 125 mil m<sup>2</sup> em terrenos (incluindo o lote de 55 mil m<sup>2</sup>, onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. A Azevedo & Travassos tem *know how* no desenvolvimento de projetos imobiliários, principalmente para atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Com a melhora das expectativas da economia, podem surgir oportunidades neste setor.

### Nota

Para maiores detalhes ver o Relatório da Administração do exercício de 2018.

## **Proposta de Orçamento de Capital**

### **Proposta de Orçamento de Capital para Investimentos**

Tendo em vista o atual cenário de incertezas na economia do País, permanecem suspensos investimentos referentes a aquisição de máquinas e equipamentos até o momento em que se tenha uma melhor expectativa das atividades da Companhia e de suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### OUTRAS INFORMAÇÕES

#### DISTRATO

Em 26/10/2018, a Companhia comunicou Fato Relevante sobre início do processo de Distrato, em caráter definitivo, do CCVA, um vez que houve o descumprimento pela AJC Holding Intermediações e Participações S.A. de todas as suas obrigações contratuais.

#### GRUPAMENTO

A Assembleia Geral Extraordinária da Azevedo & Travassos S.A (ATSA) ocorrida em 08/05/2019 aprovou o grupamento das 9.000.000 (nove milhões) ações ordinárias e 18.000.000 (dezoito milhões) ações preferenciais da ATSA., na proporção de 5 (cinco) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie, sem alteração do capital social, passando o número de ações representativas do capital social da ATSA a ser 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações ordinárias e 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações preferenciais.

O Capital Social da ATSA de R\$ 28.047.137,15 (vinte e oito milhões, quarenta e sete mil e cento e trinta e sete reais e quinze centavos) passou então a ser constituído por 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) ações ordinárias e 3.600.000 (três milhões e seiscentas mil) ações preferenciais, sem valor nominal e todas nominativas.

Em 22/04/2019 e em 08/05/2019 foram emitidos Fatos Relevantes informando aos acionistas da ATSA e ao mercado, os procedimentos para a implantação do referido grupamento. Este processo foi concluído em 10/06/2019 quando as ações da Companhia passaram a ser negociadas de forma grupada.

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Azevedo & Travassos S.A.

São Paulo – SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da Azevedo & Travassos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias em regime normal de operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Conforme divulgado na Nota Explicativa no 1.3, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia incorreu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no prejuízo individual e consolidado de R\$ 133.462 mil e R\$ 133.469 mil, respectivamente, e, nessa data, o patrimônio líquido individual e consolidado estava negativo em R\$ 211.781 mil e

R\$ 211.783 mil, respectivamente, e o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$ 31.892 mil e R\$ 154.116 mil, respectivamente. Conforme divulgado na Nota 28, os eventos ocorridos entre a data destas demonstrações contábeis e a data da emissão de nosso relatório indicam uma degradação da situação financeira da Companhia. As ações que estão sendo implementadas pela Administração da Companhia para reverter essa situação e buscar a retomada da lucratividade e geração de fluxo de caixa por meio da reposição da carteira de obras, entre outras ações operacionais e financeiras, estão descritas na Nota Explicativa no 1.3, contudo, a eventual não confirmação das ações, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa

no 1.3, indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do julgamento e estimativa para registro das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

### Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 19 e 27.c, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza trabalhista, tributários e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil têm grau de complexidade elevado e, portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, relativas a processos requer certo julgamento por parte da Companhia para registros das estimativas de perdas e divulgações em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista a relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração e definição do momento para o reconhecimento das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, fizeram com que a Administração procedesse com a dispensa de elevado número de funcionários, ocasionando, dessa forma, no aumento significativo no volume de processos e acordos trabalhistas que, se não adequadamente controlados e avaliados quanto à possibilidade de materialização destas causas, poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com base em testes, a suficiência das provisões reconhecidas por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração da provisão para passivos contingentes considerando dados e informações históricas, a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia (obtidas através de procedimentos de confirmação). Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos tributários, trabalhistas e cíveis em que a Companhia está envolvida.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação da provisão para passivos contingentes estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de setembro de 2019

Régis Eduardo Baptista dos Santos

CT CRC 1SP-255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2018.

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração, no Relatório sobre as Demonstrações Financeiras elaborado pela Grant Thornton Auditores Independentes, sem ressalvas, e tendo presenciado a reunião do Conselho de Administração que aprovou, mediante a utilização de voto de qualidade do Presidente do Conselho Fiscal, em virtude dos votos contrários proferidos pelos conselheiros Fábio Gallo Garcia e Célio de Melo Almada Neto, as Demonstrações Financeiras do mencionado exercício, os membros do Conselho Fiscal são de opinião que os citados documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ATSA.

São Paulo, 06 de setembro de 2019.

Luciano Neves Penteado Moraes

Walter Ramos Filho

Célio de Melo Almada Neto Fábio Gallo Garcia

**Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**

Não foi instalado o Comitê de Auditoria



**Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

Não foi instalado o Comitê de Auditoria

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018.

São Paulo, 06 de setembro de 2019.

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Executivo

Bernardino de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Executivo

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores

Em atendimento ao disposto no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independente (Grant Thornton Brasil) relativo ao exercício de 2018.

São Paulo, 06 de setembro de 2019.

Ricardo de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Presidente

Renato de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Executivo

Bernardino de Almeida Pimentel Mendes

Diretor Executivo